

O Senado e Federal as emendas constitucionais

Mauro Benevides

Advogado, jornalista, ex-presidente do Senado Federal



estrutura bicameral, prevalecente no Congresso brasileiro, vem funcionando até aqui harmoniosamente, com bissexas tentativas de unificação do Legislativo, como ocorreu durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte e da recente revisão, no ano passado.

Todas as investidas com vistas à despropositada extinção do Senado foram rechaçadas com apoio dos próprios deputados, frustrando-se a ação isolada de alguns parlamentares, inconformados com a existência da Câmara Alta do país.

Atuando como Casa revisora, aquele órgão é alvo, muitas vezes, de críticas inconsistentes, partidas dos que inadmitem a sua presença moderadora, reexaminando as matérias originárias da Câmara dos Deputados.

Em muitas proposições polêmicas, modificações introduzidas por senadores são nulficadas com sua drástica supressão ao retornarem para o trâmite final e conclusivo, numa marginalização que tem gerado clima de indisposição entre os representantes do povo, hoje presididos por José Sarney.

**“Muitas vezes
ouvi dos meus
antigos pares o
reeditar do refrão
de que ‘o Senado
tinha função
meramente
homologatória’
diante da
tradicional
postura de
inflexível**

**intransigência da
Câmara,
indiferente às
alterações
introduzidas com
o objetivo de
aprimorar o
texto primitivo.”**

Recorde-se que, em 1994, ao ser discutido o projeto definindo nova política salarial, o mínimo fixado pelo Senado — que arrostou inevitáveis desgastes, porque reduziu o piso estabelecido, a instâncias do então Ministro da Fazenda, FHC — foi considerado por decisão dos deputados, pressurosos em garantir bases mais compatíveis para a remuneração dos trabalhadores, a braços, então, com a insuportável corrosão inflacionária.

Muitas vezes ouvi dos meus antigos pares o reeditar do refrão de que “O Senado tinha função meramente homologatória”, diante da tradicional postura de inflexível intransigência da Câmara, indiferente às alterações introduzidas com o objetivo de aprimorar o texto primitivo.

Se isso ocorre em relação a projetos de lei ordinária, no que concerne a Emenda Constitucional como receberão os deputados a colaboração dos senadores?

Mesmo na deliberação sobre matéria de tamanha magnitude, parece — salvo melhor juízo — não ser diferente o caminho de Emenda à Carta Magna.

É, pelo menos, o que se infere do disposto no art. 203 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados:

“A proposta de emenda à Constituição Federal recebida do Senado Federal, bem como as emendas do Senado à proposta de emenda à Constituição Federal oriunda da Câmara, terá a mesma tramitação estabelecida no artigo precedente”.

Por sua vez, o parágrafo 8º do referenciado artigo prescreve:

“Aplicam-se à proposta de emenda à Constituição Federal, no que não colidir com o estatuído neste artigo, as disposições regimentais relativas ao trâmite e apreciação dos projetos de lei.”

Nivelar-se projeto de lei à proposta de Emenda Constitucional sempre nos pareceu um absurdo, subestimando-se, desta maneira, a relevância da Lei Fundamental, ao propiciar às suas pretendidas alterações encaminhamento decisório idêntico ao de proposições ordinárias, embora as exigências para o seu exame prevejam número mínimo para apresentação (1/3) e quórum qualificado (3/5) para sua aprovação.

Até aqui, o Senado tem evitado, em termos de Emenda à Constituição, qualquer divergência — quer de mérito ou simplesmente redacional — com a forma aceita pela Câmara dos Deputados.

Será que, assim procedendo, estará honrando a sua condição de “Casa da Federação”? Fica a resposta para a lúcida manifestação de seus atuais integrantes.